

O JORNAL COMO ESPAÇO DE (AUTO)CONSAGRAÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA AUTÊNTICA: A CIRCULAÇÃO DA SOCIOLOGIA DE GUERREIRO RAMOS NOS JORNAIS NOS ANOS 1950

Newspaper as a place for (self)consecration of an authentic sociology: the circulation of Guerreiro Ramos' sociology in 1950's daily's

Cristiane Garcia Pires¹

Resumo:

Esse artigo destaca a relação existente entre a sociologia produzida pelo baiano Guerreiro Ramos na década de 1950 e a preferência pela publicação de seus textos em jornal. A hipótese trabalhada é a de que o jornal foi, à época, um meio de consagração e circulação de ideias sociológicas, bem como serviu como um espaço para o autor buscar consagrar a si e à sua particular compreensão de ciência em geral e da sociologia em específico. Para isso, examina um conjunto de artigos escritos na década de 1950 por Guerreiro Ramos e alguns de seus interlocutores, como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Wilson Martins, destacando o uso da polêmica e da republicação de textos como ferramentas do autor para inserir-se no debate público. Ao final, conclui-se, de um lado, que o jornal é uma profícua fonte de pesquisa em pensamento social, devendo ser mais utilizada, e, de outro, que a proposta sociológica de Guerreiro Ramos permite repensar a história da institucionalização da disciplina no Brasil por meio do caminho da circulação de ideias e argumentos, ao invés da universidade.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos, Sociologia no jornal; Consagração.

Abstract:

In this article I aim to point up the relationship between Brazilian sociologist Guerreiro Ramos' writings in 1950's and his prevalent choice of publishing his writings in newspapers. The carried out hypothesis is that, in the aforementioned decade, newspapers were a legitimate medium of consecration and circulation of sociological ideas, and also served as a place where the author could pursue his own consecration, and the consecration of his specific understanding of science in general and sociology in particular. In order to accomplish my hypothesis, I examined a set of articles written by Guerreiro Ramos and some of his interlocutors, like Florestan Fernandes, Roger Bastide and Wilson Martins, emphasizing Ramos' means for his insertion in the public debate, like the habit of republishing his articles in books and the use of polemics in his writings. My conclusions highlight how productive it is to use daily's as sources of research in social thought, and, on the other hand, invite the researchers to consider that the history of sociology's institutionalization could be rethought based on a circulation-of-ideas point of view, rather than the regular academic discipline one.

Keywords: Guerreiro Ramos, Sociology in newspapers, Consecration.

¹ Graduação em Ciências Sociais na UFPR em 2013, mestrado em Sociologia em 2020. Atualmente trabalha como socióloga na Defensoria Pública do Paraná. E-mail: cristiane.pires@outlook.com.br

I. Introdução

Esse artigo resume alguns dos principais pontos desenvolvidos em minha dissertação de mestrado a respeito das estratégias do sociólogo Guerreiro Ramos, na década de 1950, voltadas a fazer circular e consagrar suas ideias por meio da publicação em jornais. Pretendo sintetizar aqui os argumentos que me levaram a identificar uma relação simbiótica entre sua perspectiva de sociologia e o ato de escrever no jornal. Nesse vínculo, é possível observar, de um lado, o uso do jornal como estratégia de autoconsagração do autor como sociólogo, buscando colocar-se como porta-voz de um modelo de sociologia e de sociedade, e, de outro, o potencial do jornal como um meio legítimo para a consagração de debates e de ideias.

Antes de apresentar os resultados de minha pesquisa propriamente ditos, acredito ser necessário tecer considerações sobre os seguintes pontos: a) a capacidade do jornal se servir como meio de legitimação de ideias; b) a riqueza dos meios “não convencionais” para a área do pensamento social, especialmente para a perspectiva da circulação das ideias; c) por último, a proficuidade do estudo de Guerreiro Ramos para compreender o intelectual dos anos 1950, e também para entender os dilemas contemporâneos da relação entre a ciência da sociologia e o(s) seu(s) público(s). Só então irei discorrer sobre a sequência da minha argumentação.

Da forma como é compreendida por Bourdieu, a consagração é um aspecto do poder simbólico que pode ser exercida por um agente no sentido de “revelar” grupos ou aspectos da realidade. Assim, minha hipótese é de que os jornais da imprensa carioca dos anos 1950, nos quais Guerreiro Ramos escreveu, funcionaram como eficazes mecanismos de consagração de ideias sociológicas e realização de disputas relevantes para o debate público realizado naquele período. Embora essa afirmação pareça um truísmo, na verdade ela é fruto de um debate. Explico-me. Como atestam Abreu (1999), Ribeiro (2000) e Martins (2010), os primeiros estudos sobre a imprensa no Brasil a enxergavam como mera reprodutora dos interesses das classes dominantes. Sob essa ótica, a mídia não poderia ser dotada de agência própria, por isso, não fazia sentido estudá-la como tal. Os trabalhos desses

autores (e a própria realidade) foram desmontando essa visão que, no entanto, ainda se faz presente.

Ao examinar todos os artigos presentes nos suplementos literários de três dos jornais em que Guerreiro Ramos mais publicou (o Diário de Notícias, O Jornal, o Jornal do Brasil e o A Manhã, além da seção “Do Ponto-de-vista nacional” do jornal Última Hora), pude identificar como o jornal foi um espaço para uma pluralidade de ideias, tanto quanto a década de 1950 foi um período polifônico no sentido de construção de ideais a respeito da modernidade brasileira. Em outras palavras, o jornal pode ser tomado como meio de análise fecundo para pensar as disputas de ideias presentes na sociedade. Não há visão monolítica no jornal: seus colaboradores adotavam diferentes perspectivas, bem como a posição dos editoriais de cada jornal variava. Ainda sobre essa questão, discuto com a própria Abreu (1999), pois, apesar de reconhecer a capacidade de agência do jornal na década de 1950, a autora considerou, em sua pesquisa sobre os suplementos literários da época, que eles não foram um espaço relevante para as principais discussões intelectuais da época, com exceção dos debates sobre a arte de vanguarda.

Ora, por meio das próprias estratégias de Guerreiro Ramos para se lançar como intelectual, espero ao longo desse artigo conseguir demonstrar que os jornais (ao menos os por mim analisados), podem ser encarados como espaços importantes de circulação de ideias sociológicas ou sociologicamente relevantes sobre o processo de modernização de nossa nação, contendo propostas de modelos de sociedade. Nesse sentido, enxergo o jornal, bem como outras mídias (caso estivesse estudando o contexto contemporâneo), como proveitosas fontes de pesquisa na área de pensamento social, especialmente se o investigador ou investigadora se preocupa com o âmbito da circulação das ideias, e não apenas da produção. Afinal, a mídia impressa possui a capacidade de atingir amplos e variados públicos, por isso, seu poder de fazer ideias circularem é maior que o do livro, mais tradicionalmente examinado nas pesquisas da área. Aqui faço referência (e deferência) à forma de trabalho inaugurada pela professora Élide Rugai Bastos, que enxerga a discussão das ideias no âmbito cultural como parte do movimento mais geral da sociedade. Isso implica em identificar sua

natureza de caráter social, mas também sua capacidade de orientar e formar a sociedade. É por isso que a autora fala em “ideias como forças sociais” (BRASIL JR., 2015).

A partir desse olhar, o estudo das relações entre a sociologia de Guerreiro Ramos e a imprensa acaba servindo como uma espécie de lente que permite enxergar os dilemas e as potencialidades da sociedade e da intelectualidade brasileira nos anos 1950. Contribui também para pensar as modalidades e as possibilidades de nossa “sociologia pública” (BURAWOY, 2006), num contexto em que os intelectuais buscavam fazer ciência fazendo história, para usar a expressão de Gláucia Villas-Boas (2006). De fato, a sociologia de Guerreiro Ramos nessa época, assim como a de seus colegas do ISEB, caracterizava-se por mesclar ciência e política, não para substituir a primeira pela segunda, mas de uma forma tal que a participação política complementasse a ideia do autor do que é ciência (PEREIRA, 2002). E acredito ser justamente essa característica que marca o casamento perfeito da sociologia autodenominada “autêntica”, de Guerreiro Ramos, com o meio de comunicação da imprensa. Sendo sua perspectiva de ciência sociológica dependente da legitimação pela vida concreta, pela realidade social, era indispensável um diálogo com a sociedade para a validação de sua produção, muito mais do que o diálogo com os pares acadêmicos. Nos dias de hoje, em que o debate sobre a sociologia pública e o papel da sociologia retomam em algum grau a questão dos vínculos entre ciência e política, parece-me fundamental resgatar o pensamento desse autor que foi tão emblemático nos anos 1950, como expressão de uma intelectualidade engajada, mas que ainda permanece pouco lido e pouco conhecido fora do âmbito dos estudos sobre o negro ou das pesquisas em pensamento social.

O artigo se centra nos debates em jornal que foram resultado da apresentação das teses de Guerreiro Ramos inicialmente propostas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia de 1952. Apesar de já ter sido extensamente examinadas por outros autores (MARTINS, 2008; BARIANI, 2003) do ponto de vista do significado sociológico da disputa com Florestan Fernandes, de minha perspectiva busco elucidar, no diálogo e confronto com esse e outros intelectuais, as estratégias de Guerreiro para se colocar, a

partir do jornal, como interlocutor da sociologia produzida nos grandes centros do país, sempre reivindicando para si o lugar de portador da verdadeira sociologia a partir da categoria de “sociologia autêntica”. Também procuro sublinhar os nexos existentes entre sua proposta de sociologia, uma determinada visão de ciência e de sociedade e a publicação em jornal.

Por fim, ressalto que as discussões desenvolvidas entre os intelectuais nos anos 1950 no jornal autorizam a pensar a mídia impressa como um espaço consagrado de debates públicos naquele período. Nesse sentido, permitem pensar a história da sociologia não só a partir do viés da institucionalização, conforme desenhou Miceli (1987), mas também a partir de estratégias de circulação de ideias por meio de instrumentos como o jornal e, no caso de Guerreiro Ramos, de produção de um argumento (MAIA, 2003).

2. O jornal como espaço de disputas sobre a sociologia. A sociologia como espaço de disputa sobre a interpretação da sociedade

Azevedo (2006) sugere que foi a partir do ingresso na vida profissional que Guerreiro Ramos realmente passa a se interessar pela sociologia, pois em sua época de estudante na Universidade do Brasil os interesses intelectuais do autor ainda eram predominantemente nas áreas da poesia e da literatura. Após ter concluído seu bacharelado em 1942, Guerreiro é preterido nas cadeiras de Sociologia e Ciência Política na universidade, e acaba atuando como um “sociólogo engravatado”, na expressão de Tenório (2010), isto é, como técnico na burocracia pública. Assim, por indicação de amigos, o autor baiano passa a ministrar aulas no curso de Puericultura e Administração no Departamento Nacional da Criança (1943-1948) e atuar no Departamento de Administração do Serviço Público (1943-1951). O maior interesse pela sociologia ocorre a partir de sua participação no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em 1953, isto é, após o famoso embate com Florestan Fernandes.

Em tal ocasião, Guerreiro apresentou, junto com os outros integrantes da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais do evento, sete

recomendações a respeito de como deveria orientar-se a sociologia na América Latina. São elas:

1^a - As soluções dos problemas sociais dos países latinoamericanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2^a - A organização do ensino da sociologia nos países latinoamericanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3^a - No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4^a - No estágio atual de desenvolvimento das nações latinoamericanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5^a - O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6^a - É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7^a - Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 77-78).

Azevedo (2006) chama a atenção para o fato de que o interesse pelo tema da alienação da ciência reflete uma preocupação mais antiga de Guerreiro Ramos com a inautenticidade e alienação na literatura. Ou seja, sua sociologia engajada na realidade nacional seria um outro exemplo de uma mesma preocupação epistemológica típica do autor. Aqui, porém, mais do que apresentar uma discussão sobre as teses do autor em si, ou mesmo sobre os motivos da oposição entre Florestan e Guerreiro, ou ainda sobre o

quanto esses autores realmente estavam em campos opostos em termos de ideias, interessa sublinhar como o sociólogo baiano se utilizou posteriormente do jornal como instrumento para fazer suas teses defendidas no Congresso circularem. Em outras palavras, apesar de suas propostas terem sido derrotadas na plenária por 22 votos a 9, de forma alguma isso significou um fracasso em termos de força social dessas ideias na época. Isso em dois sentidos: o primeiro, como argumenta Bariani (2003) é que se as teses tivessem realmente sido vencidas, não haveria porquê Florestan Fernandes continuar a dialogar criticamente com elas em textos de vários anos depois da contenda, de 1958, 1962 e até 1968. O segundo sentido é de que a disputa entre os dois ilustres sociólogos foi propulsora do desenvolvimento das ideias do autor. Deve-se notar que o evento teve o potencial de, ao mesmo tempo, lançar Guerreiro Ramos ao debate com a comunidade científica e permitir-lhe sistematizar suas proposições para a sociologia. De fato, no ano seguinte ao do Congresso, Guerreiro publica no suplemento literário do jornal carioca Diário de Notícias um total de nove artigos retomando a defesa de suas teses, dedicando um texto a cada uma delas. Esses mesmos artigos tornam-se capítulos do livro Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (1954) – livro que, aliás, o popularizou entre um grande público - e são republicados ainda mais uma vez na Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (1957).

A estratégia de republicação de artigos - com raras e pequenas modificações nos textos e inserção da bibliografia de referência - constitui numa maneira de manter as ideias em circulação, e deliberadamente buscar produzir sua legitimidade. Por exemplo, na nota explicativa da Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (cujo título já, em si, sugere de que lugar o autor pretendia falar), Guerreiro Ramos afirma ter recebido congratulações pelos artigos de jornal da parte da Faculdade Fluminense de Filosofia, do próprio Diário de Notícias, do jornal O Diário, e da Revista Marco. Apesar das “agressões” que afirma ter sofrido no II Congresso, essas moções de apoio lhe deram forças para produzir o livro.

Iniciar a sistematização das ideias a partir do jornal não parece ser fortuito: segundo depoimento de Adilson de Almeida, que foi aluno de

Guerreiro na Fundação Getúlio Vargas, “Era hábito dele escrever artigos nos jornais” (ALMEIDA, 2014, p. 24), e, de fato, do total de sua obra, 59% foram artigos de jornais e revistas não acadêmicos. Além disso, não foi infrequente na história de suas publicações que os livros fossem elaborados a partir da republicação de uma série de artigos de jornal escritos anteriormente (LYNCH, 2015). Tais características permitem inferir que o jornal não era um meio de comunicação qualquer para Guerreiro Ramos, mas gozava de certa importância e prioridade na divulgação de suas ideias.

Também devo salientar que o periódico Diário de Notícias produziu uma tiragem média de 56 mil unidades por ano ao longo da década de 1950, o que lhe confere uma posição entre os maiores da época. Apesar de ser um jornal crítico a Getúlio Vargas (de fato, sua fama nasceu justamente do fato de o Diário de Notícias não ter amenizado as críticas mesmo durante o Estado Novo), isso não impediu de surgir nele um espaço para a publicação de ideias de um intelectual partícipe da burocracia estatal do governo Vargas, e apoiador do estadista.

Pode-se dizer que Guerreiro Ramos se utilizou do jornal como um instrumento para se inserir nos debates da sociologia, utilizando-se principalmente do artifício da produção de polêmica. Apenas observando os artigos no Diário de Notícias, foi possível identificar a construção de disputas com pelo menos dois nomes também em ascensão na época: Florestan Fernandes e Luis Aguiar da Costa Pinto. Com o último, pode-se dizer que Guerreiro entrou num conflito referente a quem tinha a legitimidade para apresentar uma teoria sociológica das relações raciais: uma perspectiva universalista, de viés marxista, cética em relação ao desenvolvimento da sociedade liberal democrática, representada por Costa Pinto; ou uma perspectiva que partia da especificidade do negro para pensar a nação e o sujeito nacional, de Guerreiro Ramos e seus colegas do Teatro Experimental do Negro. Já a contenda com Florestan Fernandes tensionava-se a partir dos sentidos atribuídos à sociologia como disciplina, concepções de ciência e sua relação com o resto da sociedade. Embora de extrema relevância, o debate sobre as relações raciais não será tratado nesse texto por exigir outras discussões específicas. Aqui, a partir da disputa sobre os sentidos atribuídos

à sociologia, busco demonstrar como o jornal se constituiu num espaço relevante para os debates sobre a relação entre ciência e sociedade na época.

O conflito entre Guerreiro e Florestan surge principalmente nos pontos em que o primeiro defende a adequação da ciência à realidade local (vale dizer, entendendo-a genericamente como latino-americana, e não necessariamente de forma específica como “brasileira”) e que, nesse sentido, a ciência deveria se engajar ativamente no processo desenvolvimento nacional. Nas palavras do autor, uma boa ciência se faz com base na vida (GUERREIRO RAMOS, 1953a), e, por isso, a sociologia na América Latina deve ter sempre como referências as condições de vida no continente. Isso implica que a sociologia aqui produzida não deve propor meras cópias de soluções europeias, mas pensar de forma autônoma, utilizando do conhecimento acumulado para criar saídas próprias para seus problemas. Além disso, suas pesquisas precisam levar em conta seu nível de pessoal e seus recursos financeiros, focando mais na construção de modelos genéricos de análise do que nas pesquisas sobre “minúcias”.

No artigo que abre a discussão, publicado em julho de 1953, Sociologia enlatada versus sociologia dinâmica (a propósito do II Congresso Latino-americano de Sociologia), Guerreiro afirma provocativamente ser sintomático que suas teses tenham sido rejeitadas no majoritariamente por brasileiros. Para ele, isso sugere que há pelo menos duas correntes na sociologia brasileira: uma consular, “visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos” e outra que “embora aproveitando a experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento de estruturas nacionais e regionais” (GUERREIRO RAMOS, 1953a).

Para ele, toda sociologia parte da necessidade de reconstrução social. É por isso que ao retomar os autores clássicos da sociologia em algumas de suas obras, como Comte (GUERREIRO RAMOS, 1953a), Marx, Weber, Durkheim, Mannheim e Gurvitch (GUERREIRO RAMOS, 1996), ele aponta como todas as suas teorias derivavam da atenção ao seu contexto específico. Em outras palavras, o autor construiu um argumento no qual a

preocupação com o contexto local seria um aspecto da própria universalidade da ciência social (além dos métodos científicos, é claro). Nesse sentido, haveria uma sociologia autêntica, que se baseava na própria realidade, dedicada à sua transformação; e uma sociologia, em suas palavras, enlatada, consumida como conserva, porque adotava de forma acrítica os autores estrangeiros e, portanto, seria “inoperante”.

Assim, no artigo Para uma autocrítica da sociologia brasileira, lançado no Diário de Notícias no dia 04 de outubro de 1953, que encerra o conjunto de defesas de suas teses, o autor sintetiza afirmando ser fundamental para a sociologia no país “a tarefa de induzir da realidade nacional as normas do trabalho sociológico” e imprimir à disciplina um “caráter operativo” (GUERREIRO RAMOS, 1953b). Ele enxerga a necessidade de uma autocrítica da sociologia no país, a fim de que o processo de burocratização da disciplina na universidade não gere isolamento “numa rotina esterilizante”, e sem “contato com a vida”. Por tender ao enclausuramento e “fugir da controvérsia”, a sociologia acadêmica se fecha em seus próprios quadros e grupos privatistas, e se esquiva do debate.

Observe-se que as provocações do autor escritas no jornal, em livros, e também em entrevistas e palestras, pareciam incitar deliberadamente a produção de debate, e consagrar uma determinada perspectiva sociológica. É, com efeito, emblemático o uso do adjetivo de “autêntica” que o autor atribui à sua concepção da sociologia: estaria ele produzindo a “verdadeira” sociologia. Além disso, ao definir claramente sua posição e sua forma de produzir sociologia em relação a seus opositores (“sociologia enlatada” ou “consular”), ele os obrigava, mesmo que fosse indiretamente, apenas pelo contraste, a se posicionarem.

Evidentemente, tal postura não era inocente: buscava definir as próprias regras do debate, pois se fosse realmente verdade que os outros sociólogos se esquivassem da discussão com ele, a própria invectiva ocorrida no II Congresso não teria existido. Além disso, noto que Costa Pinto, em sua crítica a Guerreiro Ramos, o acusou de valentia apenas na área do “(sic) chingamento e da grosseria” nos jornais (COSTA PINTO, 1954), pois, na 1^a

Reunião Brasileira de Antropologia, que prometera ir para debater, acabou não comparecendo, a despeito de manter as críticas no jornal.

De todo modo, percebe-se na polêmica produzida por Guerreiro Ramos em relação à produção sociológica duas linhas principais, que estão interligadas. A primeira é a da preocupação com a produção de um conhecimento autêntico. Essa defesa encontra algumas dificuldades e inconsistências em sua própria argumentação, pois, se é necessário produzir soluções científicas derivadas da vida social (e, por isso mesmo, autênticas), isso não poderia implicar num isolamento a ponto de rejeitar autores estrangeiros, ou mesmo soluções estrangeiras. Guerreiro não era um romântico conservador defensor de uma “essência” brasileira. Na verdade, ele era defensor da implementação de uma sociedade moderna “universal” no Brasil: industrialização, urbanização, democracia. Por isso, às vezes, apesar de ser um crítico da transplantação, ele precisou defender alguns tipos de transplantação, uma vez que não pretendia a manutenção do status quo. Dito de outro modo: ser defensor de soluções nacionais para os problemas nacionais não implicou num particularismo isolacionista. O autor era, afinal, um moderno, um defensor da implementação da sociedade democrática, competitiva, industrial e urbana; mas essa transformação só seria legítima se resultasse da mobilização das forças “centrípetas” da sociedade brasileira, e não da mera implantação artificial e sem debate, de soluções externas. Para resolver esse paradoxo, criou a distinção entre transplantações literais, que seriam prejudiciais, e transplantações operativas, que permitiriam o diálogo com a realidade nacional (GUERREIRO RAMOS, 1953c). Estava posta aí a defesa de uma sociologia brasileira.

A segunda questão é que o conhecimento autêntico só poderia ser produzido em contato com a vida, e, portanto, o autor desconfiava da capacidade de a universidade produzi-lo. Segundo ele, o ambiente da especialização e da burocracia dificultava esse contato, e alimentava apenas a sociologia consular, que não tinha potencial de transformar a sociedade na direção desejada. Sublinho que aqui está em questão uma concepção dinâmica de ciência, na qual o critério para sua legitimação resulta do exame das potencialidades internas da realidade nacional, mas também de

sua mobilização, ou seja, do contato com a vida. Portanto, a concepção de ciência de Guerreiro Ramos envolvia a atuação política, e a necessidade de produção e legitimação de um projeto nacional. Nesse sentido, o autor ao mesmo tempo criava os meios para sua consagração não só como sociólogo, mas como porta-voz de um projeto nacional, e desafiava a forma e o modo como a sociologia se institucionalizava no Brasil, por meio da universidade, considerando, como se viu, os quadros dessa instituição isolados em si mesmos e privatistas. Essa perspectiva alimenta minha hipótese acerca da existência de uma simbiose entre a perspectiva sociológica de Guerreiro e o ato de escrever em jornal.

As críticas e respostas de Florestan Fernandes estão dispersas em suas obras. A mais direta delas, que cita Guerreiro Ramos expressamente, é um artigo de jornal denominado Sociologia e realidade brasileira, publicado em abril de 1958 no jornal O Estado de São Paulo. Na verdade, esse artigo é um recorte do item V do O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros, publicado no mesmo ano na revista Anhembi, e me parece significativo que o sociólogo paulista o tenha publicado num jornal comum (e não numa revista científica ou livro), independente de saber se primeiro veio a público o texto do jornal ou o da revista. Como Guerreiro, Florestan também escrevia em jornal com certa frequência (cf. BRASIL JR. et al., 2007; BRASIL JR. 2008), e parecia guardar uma relação particular com o jornal O Estado de São Paulo, que aliás, à época, recebera uma reforma organizada por Antonio Candido.

A resposta de Florestan às teses de Guerreiro baseia-se num elo entre sua concepção de sociologia e a relação entre ciência e desenvolvimento nacional. Para ele, era inadmissível que o cientista colocasse sua lealdade à nação acima de sua lealdade à ciência, suas normas e valores. Isso porque o trabalho correria o risco de deixar de ser científico e, assim, deixar de ser prestativo à sociedade. Nesse sentido, enfatiza que não é possível pensar em uma ciência brasileira, mas sim uma ciência universal, produzida no Brasil. Como se sabe, tal postura jamais implicou um desvinculamento do autor em relação à realidade nacional. Arruda (2001) sugere inclusive que o rigor metodológico de Florestan e sua preocupação em estar sempre atualizado em

relação aos autores estrangeiros foi o que lhe permitiu almejar (e alcançar) a produção de uma teoria social do Brasil, presente em obras como *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* ou *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Especificamente em relação ao desenvolvimento nacional, Florestan argumenta nesse pequeno artigo de jornal que num contexto de desigualdade regional como é o brasileiro, os estudos de “minudescências” são bastante convenientes, e nada impede o pesquisador de generalizar esses estudos, desde que baseado em critérios empíricos rigorosos. Ademais, o estudo de detalhes da vida social não necessariamente opõe-se ao investimento em bens de produção, podendo inclusive contribuir para o melhor uso desses investimentos, uma vez que a sua subutilização frequentemente ocorre nesse nível (FERNANDES, 1958).

Em termos gerais, a argumentação dos dois autores não se opõe no sentido de que tipo de sociedade e modernidade almejavam para o Brasil. Conforme afirma Martins (2008), partindo da análise das tensões e interesses de classe em disputa na época, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes mais se aproximam do que se diferem. Ambos propuseram projetos de nação e de modernidade adequados a uma classe média progressista, isto é, a partir da reforma social (e não da revolução), envolvendo a planificação, a urbanização, a democracia e a superação do atraso e da estrutura oligárquica do país (MARTINS, 2008). Além disso, ambos formaram parte de uma geração de mannheimianos, nas palavras de Villas-Boas (2006), o que implica identificar nos dois a preocupação de construção de um vínculo entre a produção de ciência e o “fazer história”, isto é, uma postura ativa e engajada no sentido da transformação social. A forma como pretendiam fazer história é que é diferente.

Nesse ponto, alguns estereótipos podem ser úteis para compreender a rixa. A obra de Bariani (2006; 2008) opõe o padrão (científico), defendido por Florestan, e a salvação (nacional), baseado em Guerreiro Ramos. Também pode-se compreendê-los a partir da oposição entre uma leitura do Brasil a partir da chave arcaico versus moderno, com a antinacional versus nacional. Ainda é possível opor o universalista e o nacionalista (MARTINS, 2008). Ao

adentrar com maiores detalhes o pensamento de ambos os autores – e, acredito eu, o amadurecimento resultante do próprio debate, ainda que eles não deem crédito um ao outro por isso - percebe-se que Guerreiro Ramos não negava a universalidade da ciência, apenas propunha que sua instrumentalidade deveria ser particularmente ligada à autonomização nacional. Sua intenção não era fazer uma carreira acadêmica, mas ser o propositor de uma transformação social que, a partir da sociologia, resultasse na emancipação não só da nação, mas também do indivíduo. É por isso que ele defendia que a vocação da sociologia era se tornar um saber vulgarizado (GUERREIRO RAMOS, 1996), não apenas propriedade dos especialistas, mas também dos artistas, dos jornalistas e do cidadão comum. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que sua preocupação não era com a “ciência” e sim com uma forma de existência. Acredito que mais correto seria afirmar que sua concepção de ciência incluía uma relação dinâmica e dialógica com a sociedade, e por isso a preferência pelo debate do cientista sobre os rumos do país se dar no jornal, legitimado por um público amplo, e não na universidade, legitimado pelos pares. Florestan Fernandes, partindo de padrões científicos universais, lutou por tornar a ciência uma profissão especializada, e não mero diletantismo, como no caso dos ensaístas que o precederam. Ambicionando definir os requisitos metodológicos da ciência, ele buscou estudar a especificidade brasileira (ARRUDA, 2001). O envolvimento com a instituição da universidade não o impediu de se envolver nas lutas sociais: não se pode esquecer de sua militância, cada vez mais intensa desde 1958, quando de seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública, e definitivamente radicalizada na década de 1970, a partir do ceticismo crescente quanto à capacidade de nosso capitalismo superar as desigualdades do “antigo regime” (ARRUDA, 2001). Se, para Guerreiro Ramos, seria elitismo de Florestan a defesa de uma ciência especializada, separada do senso comum, para o autor paulista o elitismo residiria na produção intelectual genérica e diletante.

A postura polêmica de Guerreiro Ramos sobre a sociologia não envolveu apenas a disputa com Florestan Fernandes, mas também implicou no posicionamento de diversos outros intelectuais. Roger Bastide também

escreve uma crítica a Guerreiro Ramos, publicada na revista *Anhembi*, em novembro de 1953, focada principalmente na publicação do livro *O processo da sociologia no Brasil*. Edison Bariani (2008) assinala que o tom do professor francês foi amigável. Bastide organizou uma crítica numa carta aberta, na qual o autor se mostra cético acerca da ideia de uma ciência brasileira. Afirma ele que a categoria “nacional” é subjetiva, é baseada nas paixões, diferente de categorias como classe social e ordem social. Uma pesquisa pode se iniciar em um país, e depois se desenvolver em outro, o que mostra que as nações não são determinantes. Por outro lado, acredita Bastide ser fundamental que a sociologia possa se tornar aplicada. Adverte, porém que, para isso, é necessário conduzir as pesquisas de forma objetiva, universal. Assim, finaliza: “a sociologia será internacional, como a física, ou não existirá. Será desinteressada antes de tudo ou não terá aplicação prática. Seu admirador devotado – Roger Bastide” (BASTIDE, 1953, p. 528 *apud* BARIANI, 2006, p. 54).

Nosso autor publica uma resposta ao eminente intelectual francês em 10 de janeiro de 1954, no jornal *Diário de Notícias*. Para isso, ele resume os argumentos resenha de Bastide em três tópicos: a) as condições sociais e econômicas não devem passar “do fato ao direito”, sob pena de cair em fascismo ou comunismo; b) Não há uma ciência nacional, e toda ciência produzida no Brasil adveio de influência estrangeira e c) A gratuidade é condição de produção da ciência, e é a ciência nacionalista que é alienada. Sua exposição deriva da contra-argumentação a essas teses.

Afirma inicialmente no texto que o professor Bastide não o compreendeu muito bem, por isso, criticou coisas que não refletem exatamente o que disse. Mesmo assim, não deixa de elogiar os “méritos” da crítica de Bastide, que se referem principalmente ao fato de este adotar a “seriedade” e um “senso de responsabilidade” em sua atuação como sociólogo. Como exemplo disso, cita a postura “humana” e não afetada, face às pessoas de cor simples com quem, junto com Guerreiro Ramos, interagiu nas “boites” (GUERREIRO RAMOS, 1954a).

Em relação à primeira questão, Guerreiro afirma que o propósito de produzir uma sociologia que leve à autodeterminação nacional não implica

em fascismo ou comunismo, e sim numa postura ativa em relação aos “dilemas existenciais” da nação. A diferenciação proposta pelo autor entre o nacionalismo na América Latina e na Europa também é explorada no artigo Nacionalismo e xenofobia, lançado no O Jornal em 1956, e republicado na Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (1957). De todo modo, segundo o autor em qualquer lugar em que se pretendeu produzir uma sociologia autêntica a ciência voltou-se aos dilemas nacionais, como nos exemplos dados acima de autores como Comte, Marx e Weber. Essa afirmativa é seguida de uma reflexão mais epistemológica: para Guerreiro Ramos, “as categorias sociológicas não surgem de modo ocasional ou fortuito (...), são um reflexo dos processos objetivos da realidade” e “os conceitos não são reflexos automáticos dos objetos na mente humana, mas se formam à custa do esforço compreensivo” (GUERREIRO RAMOS, 1954a). Ou seja, para produzir conhecimento autêntico, é preciso que o sociólogo traduza os fatos de sua realidade em conceitos, sob pena de ter um pensamento “delirante”. Ao proceder “concretamente”, esse sociólogo também evita a cristalização dos conceitos, como atualmente julga o autor fazer a sociologia dos Estados Unidos. Para Guerreiro Ramos, a sociologia do vizinho yankee da época confundia sua sociedade com “a Sociedade”. Tal pensamento só é evitado a partir de uma perspectiva “dialética” da “circunstância histórica” vivida.

Ao examinar a realidade concreta com um senso dialético de pensamento, aduz Guerreiro que o sociólogo se torna capaz de conciliar “o caráter nacional e universal da ciência sociológica” (GUERREIRO RAMOS, 1954a). Aqui, o autor parece sugerir a importância de seu conceito de fases (AZEVEDO, 2006), pois o sociólogo deve estar atento a identificar a fase em que está vivendo, e não apegar-se à sua realidade do momento como algo cristalizado. Não há perigo, portanto, numa sociologia nacional. O que ocorre no Brasil de sua época, afirma, é uma sociologia “sem propósito”, anárquica. Para impedir que a disciplina se torne um “comando politizado” da ciência ou sua manutenção na anarquia, seria necessário “o caminho da organização democrática, através do debate e da crítica” (GUERREIRO RAMOS, 1954). De fato, como já sugeri acima, Guerreiro Ramos incitava o debate com seus interlocutores acadêmicos, vendo-o como importante

ferramenta não apenas para o desenvolvimento da ciência, mas sobretudo para sua operacionalização. Outrossim, dava preferência a que esse debate se desse nos jornais.

Esclarece então o segundo ponto, afirmando que “o que torna a sociologia nacional não é o assunto, é a atitude dos que a fazem, é a sua funcionalidade”. Assim, se é verdade que todos os sociólogos tomaram primeiro o pensamento estrangeiro como base, isso o é assim porque a ciência é uma atividade coletiva, e universal. Assim, é o olhar pitoresco que marca a sociologia como consular ou enlatada, e não os métodos em si mesmos. Por isso é que, nesse aspecto, provoca dizendo que não há diferença entre o trabalho de Bastide, *Psicologia do Cafuné*, e o de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*: em ambos, o homem negro é visto como algo diferente do homem brasileiro comum.

De fato, continua o autor, compreender o homem brasileiro é uma tarefa muito difícil, pois exige “verdadeira vocação científica e o conhecimento profundo dos pensamentos e das teorias estrangeiras”. Requer, em suma, a capacidade crítico-assimilativa, que rejeita uma postura passiva em relação a autores estrangeiros.

Ao último argumento de Bastide o autor opõe o pensamento de Lucien Goldmann, que comenta da postura ideológica dos físicos dos séculos XVI e XVII “quando proclamavam o caráter desinteressado da física, a fim de libertá-la das imiscuições de teologia” (GUERREIRO RAMOS, 1954a). Sendo mais direto, Guerreiro chega a afirmar que Bastide está acusando a si mesmo, nessa defesa da gratuidade na ciência. De forma enérgica, afirma: “Não, professor Bastide, a gratuidade acabou. A ciência não é um fim. É um meio, um instrumento de conquista e de assenhoração das forças naturais e sociais”. Num país subdesenvolvido como o Brasil, defende o autor, é preciso que a ciência tenha intenção, pois uma ciência gratuita nada pode fazer para superar o imperialismo no pensamento, ou o atraso econômico e social.

A disputa pela significação social da sociologia – que também envolve concepções de ciência e de seu papel na sociedade – estava longe de terminar na segunda metade dos anos 1950. Conforme afirmei antes, o livro

de Guerreiro Ramos *Introdução crítica à sociologia no Brasil*, de 1957, é composto, dentre outras temáticas, pela republicação dos artigos sobre o II Congresso Latino-Americano de Sociologia. Assim, nesse aspecto foi alvo também da resenha bastante negativa feita pelo curitibano Wilson Martins, no jornal *O Estado de São Paulo*. Em seu texto, Martins mostrava-se cético à vinculação feita por Guerreiro Ramos entre ciência, postura pragmática e polêmica: para ele, “a polêmica é, por sua própria natureza, o gênero dos excessos e da inobjetividade”. Afirma que o “pugilato” em ciência é um “método de mediocres resultados” (MARTINS, 1957) e que a parcialidade e a pouca objetividade de Guerreiro Ramos estariam presentes em toda a obra, desde o posicionamento do autor sobre o então chamado “problema do negro” (considerando a leitura de Guerreiro um racismo às avessas) até as críticas à sociologia produzida no país. Para o crítico, “O senhor Guerreiro Ramos decidiu abrir à cotoveladas o seu caminho na sociologia brasileira” (MARTINS, 1957), pois, tendo iniciado a pouco tempo na carreira, já teria sido capaz de criar fantasmas aos quais pudesse combater. Afinal de contas, como poderia uma sociologia tão incipiente como a do Brasil ter uma ‘sociologia oficial’, como alegaria o intelectual baiano? E mais: como podem autores tão diferentes entre si como Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes serem considerados parte do mesmo todo?

Apoiando-se na crítica que Roger Bastide fez ao autor, Wilson Martins nega a possibilidade de uma “ciência brasileira”, considerando-a algo caricato. Também aponta a inconsistência no uso de autores estrangeiros para defender seus argumentos, pois, segundo ele, Guerreiro defenderia uma ciência “exclusivamente brasileira, com o desprezo total e absoluto de tudo o que se escreve no estrangeiro” (MARTINS, 1957), o que é, evidentemente, um exagero e uma incompreensão da sociologia do Guerreiro. Martins avalia o livro como repleto de subjetivismo e ideologia, pouco científico, seja devido ao que considera ser uma apologia do negro, seja devido ao nacionalismo ressentido e particularista.

Apesar da crítica desmedida, Wilson Martins tinha razão em um ponto: Guerreiro Ramos sempre se define por oposição a algum grupo, sejam o da “sociologia enlatada” ou da “sociologia consular”, ou vários outros

termos por ele criados para definir seus contendores. Dessa forma, incitando o debate e a polêmica, buscou construir a si como intérprete legítimo dos movimentos de transformação da sociedade brasileira, especialmente quanto mais vinculado ao nacionalismo seu posicionamento político foi se tornando. No mesmo texto aqui citado, “Nacionalismo e xenofobia”, por exemplo, o autor afirmava que, devido ao surgimento de um capitalismo nacional, “pela primeira vez em nosso país a formação do sociólogo passa a resultar menos de um manuseio de livros estrangeiros do que de uma indução dos fatos nacionais” (GUERREIRO RAMOS, 1956). A esses intelectuais considerados por ele vanguardistas, opunha os que não agem dessa forma, como os do II Congresso, por ele considerados como “atores que continuam no palco representando uma peça seródia sem se aperceberem que o pano já desceu e o público já se retirou” (GUERREIRO RAMOS, 1953b).

3. Considerações finais

Se é verdade, como afirma André Botelho (2008), que o Brasil de 1950 pode ser compreendido como uma sociedade em movimento, marcada pelas ideias de progresso e de modernidade, e, ao mesmo tempo, pela percepção (e, em outro espectro político, defesa) da manutenção de formas tradicionais de sociabilidade e de dominação, as disputas dos intelectuais expostas ao longo desse artigo permitem visualizar como os jornais fizeram parte desse movimento. Como se pode perceber, o jornal serviu como palco para um profícuo debate sociológico, ao menos se o olharmos a partir das polêmicas produzidas por Guerreiro Ramos. Dentre os temas em disputa, destacam-se as formas de oposição e conciliação entre universalismo e nacionalismo; chaves de leitura sobre a realidade brasileira; concepções de ciência e, claro, a relação entre ciência e sociedade.

Num contexto de construção do papel da sociologia no Brasil, e de definição do que seriam os critérios de sua validade e cientificidade, argumentei que Guerreiro Ramos procurou autoconsagrar-se como intelectual da interpretação legítima sobre o país, não apenas por definir sua sociologia como “autêntica”, em oposição às outras, mas sobretudo por

buscar essa legitimação no jornal, isto é, em um espaço mais amplo do que o da universidade. De fato, é possível verificar que a própria sistematização das ideias do autor nasceu a partir do jornal, apenas posteriormente transformando-as em livro. Tal postura, certamente, não pode ser encarada como mero capricho pessoal de Guerreiro Ramos. Ela traz evidências de que o jornal abarcava essa possibilidade aos seus colaboradores: a de sistematizarem suas ideias, de produzirem debate, e mesmo de consagrarem-se como legítimos porta-vozes de visões de mundo. Em outras palavras, a mídia impressa pode ser compreendida como um espaço importante de debates e disputas de ideias entre intelectuais, tão reveladora sobre os dilemas da modernização brasileira como a clássica fonte de pesquisa em pensamento social que é o livro. Sinteticamente, o jornal deve ser compreendido como um espaço de circulação de ideias legítimo para o contexto analisado.

Observei, ainda que de forma rápida nesse artigo, a intensa proximidade entre ciência e política na perspectiva do sociólogo baiano. Essa concepção da disciplina é coerente com a utilização do jornal como meio de validação do conhecimento produzido, pois que a legitimidade adviria dos movimentos da sociedade, da vida concreta, e não de um ambiente considerado pelo autor como “esterilizante” como a universidade. Assim, a discussão sobre os métodos e objetos da sociologia envolve necessariamente a relação com um público mais amplo do que o meramente acadêmico, porque a disciplina, na concepção do autor, não poderia se restringir a ser mero estudo de gabinete, mas deveria ser ferramenta de transformação social.

A reflexão acerca da sociologia de Guerreiro Ramos e sua produção no jornal permitem pensar hipóteses mais amplas a respeito das formas como a disciplina sociológica circulou no Brasil. Afinal, os exemplos dados da interlocução de nosso autor com outros intelectuais na disputa pela definição legítima do que deveria ser a sociologia e quais seriam seus métodos revelam de forma mais contundente os projetos de sociedade subjacentes quando se leva em conta que tais controvérsias poderiam ser lidas por públicos diversos, e não apenas por um estrito público de

sociólogos. Naturalmente, nos debates em jornal envolviam-se sociólogos especializados, como Florestan Fernandes ou Guerreiro Ramos, e também aqueles mais generalistas, representados aqui por Wilson Martins, por exemplo. Se isso acontecia devido à escassez de profissionais formados ou espaços mais específicos para os sociólogos debaterem (como as revistas altamente especializadas que hoje em dia temos), isso não afeta o peso de meu argumento: os jornais eram ferramentas destacadas para fazer circular ideias e, portanto, devem ser hoje utilizados como fonte de pesquisa levando-se em conta sua significação para compreender a força social das ideias.

Corroborando com a necessidade de ampliar a compreensão acerca da circulação das ideias sociológicas, num artigo escrito em 2003, João Maia argumenta que a institucionalização da sociologia no contexto do Rio de Janeiro da década de 1950 (onde vivia Guerreiro Ramos) pode ser mais adequadamente compreendida como um *argumento*, e menos como uma *disciplina*. Em outras palavras, o caráter público da reflexão sociológica foi mais intenso nesse contexto, e a sociologia foi encarada “como uma forma específica de interpretação da realidade” (MAIA, 2003, p. 6), vinculando-se a questões como as da nação e do desenvolvimento, muito mais do que como disciplina científica. Tal característica está relacionada a uma modalidade possível de ligação com um público e uma circunstância de formação, e não implica em menor “importância” ou menor “cientificidade” do pensamento sociológico nesse contexto.

As discussões aqui apresentadas parecem reiterar o argumento de Maia, extrapolando o ambiente da intelectualidade carioca para o espaço mais virtual que era o jornal. Se é verdade que o jornal pode ser entendido como um meio legítimo de consagração de autores e de ideias – e, portanto, diferentemente do que afirmou Abreu (1999) em sua já citada pesquisa, os jornais abarcaram sim os temas mais cruciais da década de 1950; a partir das polêmicas e discussões promovidas por Guerreiro Ramos na mídia impressa aqui delineadas é possível enxergar também um espaço de produção e circulação de argumentos sociológicos. Tal perspectiva enriquece o olhar sobre o significado do pensamento sociológico no Brasil, não apenas por adequar-se à forma como a sociologia se desenvolveu no Rio de Janeiro,

por meio de um *argumento*, mas também por abarcar a interação do pensamento especializado com o não-especializado. Assim, abre-se espaço para novas pesquisas sobre a institucionalização da sociologia no Brasil a partir do olhar de como o argumento sociológico circulou ao longo do tempo, em quais espaços, por que tipo de pensadores, além de identificar que sentidos ele tomou na esteira do processo de modernização do país.

Referências:

ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira (Org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.13-60.

ALMEIDA, Adilson. Adilson de Almeida. In: CAVALCANTI, B. *et al* (Orgs.). **Guerreiro Ramos: coletânea de depoimentos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 19-30.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**. SP: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Ariston. **A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 313-326.

BARIANI, Edison. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

BARIANI, Edison. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. **Cronos**, Natal-RN, v.7, n.1, p. 151-160, jan./jun. 2006.

BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS-BOAS, Gláucia. **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

COSTA PINTO, Luis Aguiar. Ciência social e ideologia racial (Esclarecendo intencionais obscuridades). **O Jornal**, Rio de Janeiro, Caderno Revista, p. 2, 10 de Janeiro de 1954.

FERNANDES, Florestan. Sociologia e realidade brasileira. O Estado de São Paulo, São Paulo, **Suplemento Literário**, p. 3, 19 de abril de 1958.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Sociologia enlatada versus sociologia dinâmica. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, **Suplemento Literário** p. 1, 26 de Julho de 1953a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Para uma autocrítica da sociologia brasileira. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, **Suplemento Literário**, p. 1, 04 de Outubro de 1953b.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Resposta a Roger Bastide. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, **Suplemento Literário**, p. 2, 10 de Janeiro de 1954a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, abr. 2015.

MARTINS, Tatiana Gomes. **Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate**. 2008. 230p. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. 2010. 358p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 7-82 e 338-346.

MARTINS, Wilson. Sociologia em mangas de camisa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de setembro de 1957.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Sociologia e vida pública no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2003.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. 360p. Tese de Doutorado - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 56-177.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n. 41, p. 97-114, 1o. Sem. 2004.

O jornal como espaço de (auto)consagração de uma sociologia autêntica: a circulação da sociologia de Guerreiro Ramos nos jornais nos anos 1950 | Cristiane Garcia Pires

TENÓRIO, Fernando. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. **O&S** - Salvador, v.17, n.52, p. 29-46 - Janeiro/Março – 2010.